

O AMAZONAS E O FUTURO - III

Nilson Pimentel (*)

Temos participado em alguns fóruns de discussões sobre Economia Brasileira e Economia Amazonense, por conta de nossos artigos no Jornal do Comércio, mas não nos enveredamos por críticas partidárias ou políticos, destacamos que por força de ofício de formação acadêmica não nos interessa quem esteja sobre o comando da gestão pública do País ou do estado do Amazonas, mas, com ressaltos nos programas e projetos de desenvolvimento econômico regional e as Políticas Públicas que focam nas questões de Política Econômica.

É somente isso que nos interessa e o que chama atenção da cidadania na Ciência da Economia que afeta toda a sociedade e diretamente o cidadão.

Para os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) somente discutem ideias, teses, teorias econômicas, análises de programas e projetos, Políticas Públicas, fazem pesquisas operacionais e de campo com objetivos científicos, prestam serviços afins nessas áreas científicas da Ciência da Economia, sempre relacionados com o desenvolvimento econômico regional da Amazônia e, principalmente do Amazonas, - O AMAZONAS TEM JEITO !!!

Muito se discute sobre o desenvolvimento regional, principalmente em regiões que nem sempre são dotadas de recursos naturais aparentes que podem ser utilizadas como ponto base de apoio a processos que indique haver possibilidades de ações humanas produtivas de sobrevivência e que aproveitem os recursos existentes.

No entanto, para os economistas que estudam o desenvolvimento regional o entendem como um conjunto de ações práticas, de planejamento que relacionam os atores sociais regionais locais, que tenha possibilidades de criar alternativas práticas e para melhorias de aproveitar as potencialidades econômicas existentes.

Visto nesse foco o desenvolvimento econômico regional do Amazonas, interposto por cenários existentes no contexto regional, levam os especialistas do CEA à discussão sobre os seguintes cenários: o contextual, o estratégico e o político.

Levando-se em consideração os processos que encontram nas 9 (nove) sub-regiões em que o Amazonas se divide com seus 62 Municípios, principalmente o Município de Manaus com seu Polo Industrial (PIM), se tem o seguinte: a) cenário contextual apresenta dois fenômenos modernos: abertura externa das economias, por forças da globalização, seguida da abertura da economia interna interdependente, ocasionada por concentrações industriais nas regiões sudeste e sul e por elevado grau de atividade de caráter político.

Com o olhar nas características regionais, os espaços municipais no caso do Amazonas, são imensos e diversificados em potencialidades econômicas, assim, as medições dos espaços regionais não são por limites naturais ou construídos, mas levam em consideração às atividades econômicas municipais e a produção local, bem como, a economia em geral, a cultura, as forças políticas, e definição dos limites territoriais.

Por outro lado, a moderna governança pública faz com que governos estaduais e municipais, em processos de indução de programas e projetos de desenvolvimento regional, haja vista os fluxos convergentes e as sinergias econômicas, assim, o governo estadual poderá adotar políticas de descentralização administrativa da gestão desses programas e projetos, à participação das instituições parceiras, dos agentes econômicos e atores sociais nos processos decisórios, objetivando alcançar resultados positivos.

Acredita-se que desta forma, o Estado descentralizando facilita a resolubilidade dos processos reivindicativos que demandam das sub-regiões, instrumento de gestão que possibilitará o desenvolvimento econômico e adequação na geração de empregos e distribuição de renda.

Os economistas do CEA acreditam que em processos de desenvolvimento econômico regional em vastas áreas espaciais do território do Amazonas, faz-se necessário a promoção da participação das instituições civis e privadas, pois haverá maior incentivo as tecnologias e inovações, tornando os projetos mais exequíveis economicamente e melhoria da adoção das políticas públicas específicas a atender as peculiaridades intra-regionais.

Por outro lado, se a gestão governamental adota a racionalidade nos processos decisórios haverá possibilidades de se identificar os processos mais adequados de se pesquisar produtos que melhor sejam possíveis de aproveitamento econômico em produzir sem o extrativismo predatório amparados na inovação tecnológica e nos conhecimentos tradicionais dentro do espectro dos recursos naturais disponíveis em cada uma das nove sub-regiões estabelecidas no espaço territorial do Amazonas.

Desta forma, o compartilhamento das responsabilidades nos processos decisórios é como se tornar possível a eficiência popular e o ativamento participativo dos atores e agentes econômicos de cada município dentro dessas sub-regiões.

Tornando-se possível o paradigma estratégico para diminuir a burocracia e acelerar a mediação dos governos na promoção do desenvolvimento econômico regional. Como defendem os pesquisadores do CEA, como esse cenário estratégico, as sub-regiões podem ser divididas em três formas conceituais: regiões polares, regiões associativas e regiões virtuais.

A área polar compõe um menor número de municípios ou territórios, possuindo alta capacidade na resolução de problemáticas, identificando seus traços culturais como sistematicamente complexos; entretanto, extremamente coercitivos na geração de novas identidades, tanto que essas regiões podem se unir, para formar a região associativa, com extensões maiores geograficamente, muito semelhantes entre si.

Portanto, essas localidades tornam-se amplas, quando sintonizadas em regiões virtuais, ou seja, através de redes de fluxos econômicos que se constituem para produção de interações nos mercados regionais.

Como entendem os desenvolvimentistas do CEA sem a participação do governo estadual indutor, fomentador e condutor do desenvolvimento regional, muito difícil haverá de obter processos de desenvolvimento autógeno.

Assim também, sem o capital econômico, como forma exógena de fomentar as atividades econômicas em regiões em processos de estagnação econômica, como acontece nas sub-regiões do Amazonas, fazendo restar ao governo estadual o direcionamento dos recursos financeiros oriundos dos investidores, destacando que o capital econômico torna-se superior aos direcionamentos políticos, prerrogativa que sugere sua capacidade imanente em potencializar a distribuição de renda através da oferta de empregos e consumo.

Ressaltando sempre que o Desenvolvimento Econômico Regional, apresenta aspectos qualitativos e alterações de natureza quantitativas, para além de abranger aspectos econômicos, abarca também aspectos extra-econômicos como:

- a) Planejamento territorial;
- b) Desenvolvimento dos diferentes ramos de produção;
- c) Redução das desigualdades;
- d) Melhoria da qualidade de vida;
- e) Satisfação das necessidades básicas de toda a população;
- f) Garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos, e
- g) Respeito pelo ambiente e gerações futuras.

Dessa forma, compreende-se que desenvolvimento regional consiste num processo multidimensional que se

traduz no grau de acesso ao conjunto diversificado de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização de vida.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.